

9º GRUPAMENTO LOGISTICO

Termo de Referência 37/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2026	160136-9º GRUPAMENTO LOGISTICO	JORGE LUIZ FARIAS MARQUES	20/04/2026 15:57 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		65345.005019/2025-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº (65345.005019/2025-53)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e para manutenção de materiais Classe VI do 9º Batalhão de Manutenção exigências estabelecidas neste instrumento..

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QNT MIN	QNT MAX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP XMHS consistente na Montagem completa da caixa de engrenagem do motor, com troca de engrenagem, retentores, rolamentos e ajuste dos calços. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 5.380,82	R\$ 53.808,23
		Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no MOTOR DE POPA DE 50HP EVINRUDE, MODELO: E50DRMLAFA consiste na Montagem completa da caixa de					

2	16306	engrenagem do motor, com troca de engrenagem, retentores, rolamentos e ajuste das folgas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 5.426,49	R\$ 54.264,90
3	2321	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no TRATOR AGRÍCOLA, AGRALE 4100-HSE – 24ST consiste no serviço de Retífica de Motor de Combustão Interna e revisão geral, com troca de juntas do motor, bielas, pistões, anéis, retentores em geral, mangueiras de combustível, correia do alternador, junta do juntas do motor, bielas, pistões, anéis, retentores em geral, mangueiras de combustível, correia do alternador, junta do escapamento, manutenção na bomba injetora, bicos injetores, limpeza do tanque e troca de óleo da caixa de mudança. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	4	R\$ 22.099,00	R\$ 88.396,00
4	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no Grupo Gerador até 40 kVA com MOTOR MWM D229-3. Com 3 Cilindros 55cv (40kW) 2500rpm 167Nm (17kgf.m) @2000rpm . O serviço deve incluir: Retífica completa do motor (Substituição Completa Dos Pistões, Anéis E Camisas); Recuperação Do Radiador Do Motor; Manutenção Da Bomba Injetora E Bico Injetor; Rebobinagem Do Núcleo Do Induzido E Pintura Completa. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	8	R\$ 17.212,73	R\$ 137.701,87
5	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor TRAMONTINI TR 30R, 1 CILINDRO consiste em Serviço de retífica completa do motor com os seguintes serviços: troca do kit do motor, retífica do virabrequim, retífica do cabeçote e comando de válvula. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de	SV	1	5	R\$ 13.489,97	R\$ 67.449,83

		retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.					
6	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado de recuperação do grupo gerador cozil 15 kva, que inclui: rebobinamento do Gerador Modelo 132 lb, marca nova; troca de rolamentos; substituição das escovas; revisão e troca de peças dos exaustores e manutenção com troca de peças do motor de partida. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	5	R\$ 7.149,00	R\$ 35.745,00
7	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor consiste em retifica do motor scânia DSI-11 estacionário, que inclui: - retífica de blocos, usinagem de blocos, retificar e brunir cilindros, plainar e retificar a face sup- mandrilhar mancais principais, usinar alojamento colarinho, encamisar retificar e brunir. Retífica de Bielas: Usinagem de bielas, Alinhamento e mandrilhamento de biela, rebaixar capas e colocar pinos guia. - Retificar alojamento da bronzina, retificar alojamento do pé de biela, Colocar bucha no pé de biela. -Retífica de Cabeçotes, Usinagem de cabeçotes, Teste hidrostático e jato microesfera, Plainar base do cabeçote, Retificar válvulas adm e escap, Esmerilhar válvulas e montar, Retificar sedes de adm e escap. -Retífica de Virabrequins, Serviços realizados no virabrequim do motor, retificar todos os colos, Polimento de todos os colos, Escariar furos de óleo, Balanceamento dinâmico, Recuperar rasgo de chaveta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.	SV	1	4	R\$ 30.000,00	R\$ 120.000,00
		Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na bomba injetora (945 2175 bosh) e dos seis bicos injetores do motor Scânia dsi-11 estacionário, com os seguintes serviços: desmontagem; montagem; regulagem; limpeza; calibração; substituição dos seis bicos injetores dlla 150 s 853; substituição das válvulas de retorno; substituição dos porta-válvulas; substituição das molas dos porta-válvulas; substituição dos elementos; substituição das válvulas; substituição das conexões dos porta-injetores; substituição dos pistões da bomba alimentadora; substituição da bomba de ferro use f00099d033;					

8	19810	substituição dos reparos; substituição das arruelas; substituição do jogo de reparos do bico injetor. a bomba injetora pertence ao grupo gerador marca negrini de 250 kva, diesel 6 cilindros em linha marca Scania, modelo DSI 11, 1800 rpm, quadro de comando maqui geral, limpeza de tanque e substituição dos filtros de combustível, filtro de ar e filtro de óleo do motor, todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar a bomba injetora na seção de motores do 9º batalhão de manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.	SV	1	4	R\$ 18.238,20	R\$ 72.952,80
9	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor MWM 6.10T consiste em Serviço de retifica do motor e manutenção da bomba injetora do motor MWM 6.10T, pertencente ao grupo gerador Stemac 138/150 kva. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente. O referido serviço deverá ter garantia de de uso.	SV	1	5	R\$ 20.993,33	R\$ 104.966,67
10	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no gerador WEG BTA 250, pertencente ao grupo Gerador Stemac 138 /150 kva. O serviço inclui: rebobinamento; troca de rolamentos; substituição das escovas; revisão e troca de peças dos exaustores e troca de componentes necessários para manutenção corretiva. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	5	R\$ 9.500,00	R\$ 47.500,00
11	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no grupo gerador de 48 -55 kva com motor MWM D229-4, modelo do gerador nº bta 225m109. O serviço deve incluir: retífica completa do motor (substituição completa dos pistões, anéis e camisas); recuperação do radiador do motor; manutenção da bomba injetora e bico injetor; rebobinagem do núcleo do induzido e pintura completa. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido	SV	1	5	R\$ 21.153,10	R\$ 105.765,50

		serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.					
12	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no gerador MOTOMIL MDG 3600CL. O serviço inclui: rebobinamento; troca de rolamentos; substituição das escovas; revisão e troca de peças dos exaustores e troca de componentes necessários para manutenção corretiva. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	8	R\$ 4.376,00	R\$ 35.008,00
13	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no grupo gerador MOTOMIL MDG 3600CL, com motor motomil md178 que inclui: retífica de cabeçote, retífica do virabrequim, troca do kit do motor, troca do filtro de combustível, troca do conjunto de partida manual. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	5	R\$ 5.479,92	R\$ 27.399,60
14	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no gerador Toyama até 5 KVA. O serviço inclui: rebobinamento; troca de rolamentos; substituição das escovas; revisão e troca de peças dos exaustores e troca de componentes necessários para manutenção corretiva. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	5	R\$ 4.566,67	R\$ 22.833,33
15	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no grupo gerador TOYAMA TD 700CXE DE 7,4 KVA com motor T100 Fage que inclui: retífica de cabeçote, retífica do virabrequim, troca do kit do motor, troca do filtro de combustível, troca do conjunto de partida manual, troca da bateria, manutenção do motor de partida, troca do regulador de voltagem. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior	SV	1	5	R\$ 6.143,33	R\$ 30.716,67

		montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições para normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.					
16	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 2 tempos YAMAHA 25 HP. Serviço de retífica completa do motor de popa 2 tempos YAMAHA 25 HP, modelo 25 bmhs com os seguintes requisitos: serviço retífica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	5	R\$ 5.896,67	R\$ 29.483,33
17	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na rabeta motor de popa 2 tempos YAMAHA 25 HP, modelo 25 bmhs com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	5	R\$ 3.562,50	R\$ 17.812,50
18	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 2 tempos johnson 25 HP, modelo sj25 rsd. Serviço de retífica completa do motor de popa 2 tempos johnson 25 HP, modelo sj25 rsd com os seguintes requisitos: serviço retífica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço	SV	1	5	R\$ 8.719,51	R\$ 43.597,53

		deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso					
19	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na Rabeta Motor De Popa 2 Tempos Johnson 25 Hp, Modelo Sj25 Rsd Com Os Seguintes Requisitos: Montagem E Ajuste Da Caixa De Engrenagens Comfornecimento E Substituição De Todas As Engrenagens, Todos Os Rolamentos, Calçosde Ajustes, Travas, Retentores, Vedadores, Anéis De Vedação E Testes De Pressão E Vácuo. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 3.562,50	R\$ 35.625,00
20	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 4 tempos YAMAHA 150 HP. Serviço de retífica completa do motor de popa 4 tempos YAMAHA 150 HP, com os seguintes requisitos: serviço retífica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	9	R\$ 9.832,00	R\$ 88.488,00
21	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na rabeta motor de popa 4 tempos yamaha 150 hp, com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de	SV	1	10	R\$ 4.700,00	R\$ 47.000,00

		retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.					
22	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no Motor De Popa 2 Tempos Yamaha 50 Hp. Serviço de Retífica Completa Do Motor De Popa 2 Tempos Yamaha 50 Hp, Com Os Seguintes Requisitos: Serviço Retífica Completa Da Cabeça De Força, Com Fornecimento E Substituição Dos Pistões Em Suas Respectivas Medidas, Dos Anéis Dos Pistões Em Suas Respectivas Medidas, De Todos Os Rolamentos E Roletes Da Árvore De Manivelas, Das Bielas E Seus Respectivos Espaçadores E Travas, Da Árvore De Manivelas, Das Bielas E Seus Retentores, Vedadores E Calços E Montagem E Ajustes Da Cabeça De Força Com Seu Respectivo Jogo De Junta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 7.841,45	R\$ 78.414,50
23	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na rabeta motor de popa 2 tempos YAMAHA 50 HP, com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 4.095,00	R\$ 40.950,00
24	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 2 tempos YAMAHA 60 hp. Serviço de retífica completa do motor de popa 2 tempos YAMAHA 60 hp, com os seguintes requisitos: serviço retífica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço	SV	1	10	R\$ 7.900,00	R\$ 79.000,00

		deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.					
25	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na rabeta motor de popa 2 tempos yamaha 60 hp, com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 4.100,00	R\$ 41.000,00
26	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no Motor De Popa 2 Tempos Yamaha 40 Hp, Modelo 40 Xws Com Os Seguintes Requisitos: Serviço Retífica Completa Da Cabeça De Força, Com Fornecimento E Substituição Dos Pistões Em Suas Respectivas Medidas, Dos Anéis Dos Pistões Em Suas Respectivas Medidas, De Todos Os Rolamentos E Roletes Da Árvore De Manivelas, Das Bielas E Seus Respectivos Espaçadores E Travas, Da Árvore De Manivelas, Das Bielas E Seus Retentores, Vedadores E Calços E Montagem E Ajustes Da Cabeça De Força Com Seu Respectivo Jogo De Junta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 4.100,00	R\$ 41.000,00
27	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na rabeta motor de popa 2 tempos Yamaha 40 hp, modelo 40 xws com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por	SV	1	10	R\$ 4.100,00	R\$ 41.000,00

		conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.					
28	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 2 tempos Johnson 40 HP, modelo SJ40 rcla com os seguintes requisitos: serviço retífica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 5.628,00	R\$ 56.280,00
29	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na rabeta motor de popa 2 tempos Johnson 40 HP, modelo SJ40 RCLA com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 5.572,72	R\$ 55.727,23
30	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 2 tempos Yamaha 90 hp, modelo 90 aetol com os seguintes requisitos: serviço retífica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior	SV	1	10	R\$ 4.942,70	R\$ 49.426,97

		montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.					
31	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na rabeta motor de popa 2 tempos Yamaha 90 hp, modelo 90 aetol com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 3.170,36	R\$ 31.703,57
32	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 4 tempos Yamaha 150 hp, modelo F150 AETL/AETX com os seguintes requisitos: serviço retífica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta. Retífica de cabeçote com fornecimento e substituição das válvulas de admissão e escapamento, suas respectivas molas, travas, retentores, vedadores, bomba de óleo lubrificante e seus respectivos filtros, correia dentada ou corrente (de acordo com modelo), defletor de óleo, montagem da cabeça de força com respectivo jogo de juntas e ajustes necessários para o perfeito funcionamento do sistema.	SV	1	8	R\$ 11.949,00	R\$ 95.592,00
33	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na Rabeta motor de popa 4 tempos Yamaha 150 HP, modelo F150 aetl/aetx com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 5.572,72	R\$ 55.727,23

34	2321	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na Roçadeira husqvarna 236R HU. O serviço inclui troca do Kit do motor com todas as peças inclusas, inclusive testes. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 1.575,46	R\$ 15.754,57
35	2321	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na Roçadeira Roçadeira STHIL 280FS. O serviço inclui troca do Kit do motor com todas as peças inclusas, inclusive testes. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	16	R\$ 1.200,00	R\$ 19.200,00
36	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 4 tempos MERCURY 200 HP, da embarcação Guardian 25, com os seguintes requisitos: serviço retifica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta.. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	9	R\$ 24.000,00	R\$ 216.000,00
37	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na rabeta motor de popa 4 tempos MERCURY 200 HP, da embarcação guardian 25, com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º batalhão de manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por	SV	1	9	R\$ 12.000,00	R\$ 108.000,00

		conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.					
38	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado em embarcação GUARDIAN, MOTOR MERCURY 200 HP, verado, 4 tempos, consistente no reparo do casco da embarcação. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º batalhão de manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	11	R\$ 2.373,87	R\$ 26.112,61
39	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado em embarcação consiste em Tirar vazamento bater rebite de embarcação tipo lancha de alumínio ATÉ 6M EPE. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º batalhão de manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	6	R\$ 464,40	R\$ 2.786,40
40	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado em embarcação consiste em Tirar Vazamento Bater Rabite de Embarcação Tipo Lancha De Alumínio Até 12m Epg.. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º batalhão de manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	6	R\$ 464,40	R\$ 2.786,40
41	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado em embarcação tipo lancha de alumínio de até 12m.O serviço inclui pintura geral para embarcação tipo lancha de alumínio de até 12m, pintura externa camuflada com fundo verde floresta e mancha em vermelho terra, pintura interna na cor verde floresta em esmalte sintético marítimo. Todas os materiais necessários para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º batalhão de manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso.	SV	1	10	R\$ 2.373,87	R\$ 23.738,73
42	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado em embarcação com casco de ferro. Serviço de solda, corte, usinagem e esmerilhamento em embarcação com casco de ferro.	SV	1	10	R\$ 464,40	R\$ 4.644,00

43	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado em embarcação com casco de ferro. Serviço de pintura, e recuperação de áreas oxidadas com substituição de chapas e longarinas no casario (obras mortas) em embarcação com casco de ferro.	SV	1	10	R\$ 240,00	R\$ 2.400,00
44	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado em embarcação com casco de ferro. Serviço de pintura, e recuperação de áreas oxidadas com substituição de chapas e longarinas no casco do barco com aplicação de tinta epóxi nas obras vivas (casco da embarcação) em embarcação de ferro.	SV	1	10	R\$ 240,00	R\$ 2.400,00
45	2321	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no TRATOR AGRÍCOLA, AGRALE 4100-HSE – 24ST consiste no serviço de Retífica de Motor de Combustão Interna e revisão geral, com troca de juntas do motor, bielas, pistões, anéis, retentores em geral, mangueiras de combustível, correia do alternador, junta do juntas do motor, bielas, pistões, anéis, retentores em geral, mangueiras de combustível, correia do alternador, junta do escapamento, manutenção na bomba injetora, bicos injetores, limpeza do tanque e troca de óleo da caixa de mudança. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso. (COTA RESERVADA DO ITEM 3)	SV	1	1	R\$ 22.099,00	R\$ 22.099,00
46	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no Grupo Gerador até 40 kVA com MOTOR MWM D229-3. Com 3 Cilindros 55cv (40kW) 2500rpm 167Nm (17kgf.m) @2000rpm . O serviço deve incluir: Retífica completa do motor (Substituição Completa Dos Pistões, Anéis E Camisas); Recuperação Do Radiador Do Motor; Manutenção Da Bomba Injetora E Bico Injetor; Rebobinagem Do Núcleo Do Induzido E Pintura Completa. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso. (COTA RESERVADA DO ITEM 4)	SV	1	2	R\$ 17.212,73	R\$ 34.425,47
		Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor consiste em retifica do motor scânia DSI-11 estacionário, que inclui: - retífica de blocos, usinagem de blocos, retificar e brunir cilindros, plainar e retificar a					

47	19810	face sup- mandrilhar mancais principais, usinar alojamento colarinho, encamisar retificar e brunir. Retífica de Bielas: Usinagem de bielas, Alinhamento e mandrilhamento de biela, rebaixar capas e colocar pinos guia. - Retificar alojamento da bronzina, retificar alojamento do pé de biela, Colocar bucha no pé de biela. -Retífica de Cabeçotes, Usinagem de cabeçotes, Teste hidrostático e jato microesfera, Plainar base do cabeçote, Retificar válvulas adm e escap, Esmerilhar válvulas e montar, Retificar sedes de adm e escap. -Retífica de Virabrequins, Serviços realizados no virabrequim do motor, retificar todos os colos, Polimento de todos os colos, Escariar furos de óleo, Balanceamento dinâmico, Recuperar rasgo de chaveta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. (COTA RESERVADA DO ITEM 7)	SV	1	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
48	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na bomba injetora (945 2175 bosh) e dos seis bicos injetores do motor Scânia dsi-11 estacionário, com os seguintes serviços: desmontagem; montagem; regulagem; limpeza; calibração; substituição dos seis bicos injetores dlla 150 s 853; substituição das válvulas de retorno; substituição dos porta-válvulas; substituição das molas dos porta-válvulas; substituição dos elementos; substituição das válvulas; substituição das conexões dos porta-injetores; substituição dos pistões da bomba alimentadora; substituição da bomba de ferro use f00099d033; substituição dos reparos; substituição das arruelas; substituição do jogo de reparos do bico injetor. a bomba injetora pertence ao grupo gerador marca negrini de 250 kva, diesel 6 cilindros em linha marca Scania, modelo DSI 11, 1800 rpm, quadro de comando maqui geral, limpeza de tanque e substituição dos filtros de combustível, filtro de ar e filtro de óleo do motor, todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar a bomba injetora na seção de motores do 9º batalhão de manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. (COTA RESERVADA DO ITEM 8)	SV	1	1	R\$ 18.238,20	R\$ 18.238,20
49	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor MWM 6.10T consiste em Serviço de retifica do motor e manutenção da bomba injetora do motor MWM 6.10T, pertencente ao grupo gerador Stemac 138/150 kva. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os	SV	1	1	R\$ 20.993,33	R\$ 20.993,33

		custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente. O referido serviço deverá ter garantia de de uso. (COTA RESERVADA DO ITEM 9)					
50	19810	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no grupo gerador de 48 -55 kva com motor MWM D229-4, modelo do gerador nº bta 225m109. O serviço deve incluir: retífica completa do motor (substituição completa dos pistões, anéis e camisas); recuperação do radiador do motor; manutenção da bomba injetora e bico injetor; rebobinagem do núcleo do induzido e pintura completa. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso. (COTA RESERVADA DO ITEM 11)	SV	1	1	R\$ 21.153,10	R\$ 21.153,10
51	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 4 tempos YAMAHA 150 HP. Serviço de retífica completa do motor de popa 4 tempos YAMAHA 150 HP, com os seguintes requisitos: serviço retífica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta. Todas as peças deverão ser genuínas. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora.O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso. (COTA RESERVADA DO ITEM 20)	SV	1	1	R\$ 9.832,00	R\$ 9.832,00
		Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 4 tempos Yamaha 150 hp, modelo F150 AETL/AETX com os seguintes requisitos: serviço retífica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e					

52	16306	ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta. Retífica de cabeçote com fornecimento e substituição das válvulas de admissão e escapamento, suas respectivas molas, travas, retentores, vedadores, bomba de óleo lubrificante e seus respectivos filtros, correia dentada ou corrente (de acordo com modelo), defletor de óleo, montagem da cabeça de força com respectivo jogo de juntas e ajustes necessários para o perfeito funcionamento do sistema. (COTA RESERVADA DO ITEM 32)	SV	1	2	R\$ 11.949,00	R\$ 23.898,00
53	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado no motor de popa 4 tempos MERCURY 200 HP, da embarcação Guardian 25, com os seguintes requisitos: serviço retifica completa da cabeça de força, com fornecimento e substituição dos pistões em suas respectivas medidas, dos anéis dos pistões em suas respectivas medidas, de todos os rolamentos e roletes da árvore de manivelas, das bielas e seus respectivos espaçadores e travas, da árvore de manivelas, das bielas e seus retentores, vedadores e calços e montagem e ajustes da cabeça de força com seu respectivo jogo de junta.. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º Batalhão de Manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso. (COTA RESERVADA DO ITEM 36)	SV	1	2	R\$ 24.000,00	R\$ 48.000,00
54	16306	Serviço de manutenção CORRETIVA a ser realizado na rabeta motor de popa 4 tempos MERCURY 200 HP, da embarcação guardian 25, com os seguintes requisitos: montagem e ajuste da caixa de engrenagens com fornecimento e substituição de todas as engrenagens, todos os rolamentos, calços de ajustes, travas, retentores, vedadores, anéis de vedação e testes de pressão e vácuo. Todas as peças necessárias para o serviço deverão ser fornecidas pelo licitante vencedor e este deverá retirar o componente no 9º batalhão de manutenção, ficando todos os custos de retirada e transporte e posterior montagem por conta da empresa vencedora. O referido serviço deverá ter garantia de 1 ano, considerando condições normais de manutenção ou tempo equivalente de uso. (COTA RESERVADA DO ITEM 37)	SV	1	2	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação será contada conforme assinatura de contrato.

1.4. A quantidade mínima de unidades de medida a ser contratada é de 1 (uma) unidade e a quantidade máxima a ser contratada por item são as quantidades totais de cada item descritas na tabela acima.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.6. O serviço é enquadrado como não contínuo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.3. Este Termo de Referência está alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS).

2.4. Abrir um processo licitatório focado em em vez da substituição integral de ativos de engenharia é uma decisão manutenção e conservação estratégica que alinha e manter equipamentos em funcionamento reduz o descarte prematuro de eficiência operacional, responsabilidade fiscal, materiais e o impacto ambiental da fabricação de novas unidades. Além disso, a logística de instalação de novos sistemas de engenharia costuma ser complexa, exigindo paralisações prolongadas, enquanto a manutenção pode ser planejada para gerar o nas atividades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada nos termos do art. 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362/2005, deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.1.2. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme art. 18, incisos I e II, da resolução CONAMA nº 362/2005, e legislação correlata;

4.1.3. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362 /2005, e legislação correlata; e

4.1.4. Exclusivamente quando se tratar de óleos lubrificantes usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente competente, conforme art. 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362/2005, e legislação correlata;

4.1.5. Não serão permitidas, à Contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do art. 22 da Resolução CONAMA nº 401/2008;

4.1.6. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.7. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado;

4.1.8. São proibidas, à CONTRATADA, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.1.8.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.1.8.2. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.1.8.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e

4.1.8.4. Outras formas vedadas pelo poder público.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (**quarenta** por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.2.2. A subcontratação fica limitada a 40% [parcela permitida/percentual]

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 (nove) horas às 16 (dezesesseis) horas.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2. Contar-se-á o prazo para conclusão dos serviços no primeiro dia útil posterior à aprovação do orçamento mediante remessa da Ordem de Serviço;

5.1.3. Os serviços serão recebidos(as) provisoriamente no momento da Inspeção para entrega à CONTRATANTE do serviço, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações;

5.1.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços executados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.1.6. A prestação do serviço serão por demanda, com contratações formalizadas mediante nota de empenho, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preço.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: 9º Batalhão de Manutenção, localizado na Av. Duque de Caxias, nº 1551, Bairro Amambaí – Campo Grande/MS – CEP: 79.100.401

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda-feira a quinta-feira das 9h30 às 16h e sexta-feira de 8h às 11h30.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. A CONTRATANTE deverá notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se

que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.3.2. A CONTRATANTE deverá assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

5.3.3. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Histórico de Consumo e a capacidade instalada.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6.1 A exigência de manutenção de preposto da contratada nas dependências deste Órgão justifica-se pela natureza contínua e a alta complexidade técnica dos serviços de manutenção de materiais de engenharia. A presença física é indispensável para garantir a deimediaticidade no atendimento chamados críticos, a supervisão direta das equipes técnicas e a coordenação ágil das ordens de serviço. Tal medida visa mitigar riscos de paralisação da infraestrutura administrativa, assegurando que o tempo de resposta seja cumprido sem os atrasos logísticos inerentes à comunicação exclusivamente remota, compensando o custo administrativo pela garantia da continuidade do serviço público.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período da prestação de serviço*.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas; e

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.21.1. *Poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.*

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. Não produziu os resultados acordados.

7.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.4.2. não produziu os resultados acordados;

7.4.3. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

7.4.4. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (CINCO) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.10.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 14 (*quatorze*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em [10/12/2025].

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **INCC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente

sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A31]

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dia;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10%

(dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (xxxxx)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.30. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.31.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

9.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971

9.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107

9.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o , ou uma declaração, art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971 sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

Qualificação Técnico-Operacional

9.38. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.38.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.38.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.38.3. O fornecedor disponibilizará [A30] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.38.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.41. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.42. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.44. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.46. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.47. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.48.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.48.6.1. ata de fundação;

9.48.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.48.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.48.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.48.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.48.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.48.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação R\$ 2.608.796,07 (Dois milhões, seiscentos e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e sete centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.3. A área técnica realizou análise pormenorizada do e das propostas/cotações colhidas, certificando que as especificações Termo de Referência (TR) descritas para cada item atendem rigorosamente aos requisitos de engenharia necessários para a manutenção e conservação dos ativos. Foi verificado que a descrição do objeto abrange de forma integrada a essenciais, garantindo amão de obra especializada e o fornecimento de todas as peças e insumos integridade dos sistemas.

10.4. A análise técnica confirma que a estratégia de agrupar serviço e peças no mesmo item é a única capaz de assegurar a compatibilidade técnica integral. Esta configuração impede a aplicação de componentes inadequados ou de qualidade inferior que possam comprometer o desempenho dos equipamentos de engenharia, garantindo que as exigências de durabilidade e segurança previstas no TR sejam plenamente atendidas.

10.5. Ademais, a modelagem adotada mitiga o risco de fracionamento de responsabilidades entre diferentes fornecedores, o que poderia gerar impasses contratuais em casos de falhas técnicas ou garantias. Ao concentrar a execução sob uma única contratada, assegura-se a continuidade operacional e a responsabilidade técnica objetiva por todo o ciclo de manutenção dos ativos.

10.6. Diante do exposto, conclui-se que a proposta selecionada não apenas apresenta conformidade com as exigências editalícias, mas também demonstra o melhor custo-benefício para a Administração, alinhando a eficiência econômica à preservação da vida útil do patrimônio público.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.1.1. Por se tratar de SRP, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente

11.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 10 (dez) dias corridos*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.1.1 O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O *prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. O *prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

2.3. A *prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.3.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.3.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.3.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.3.4. *Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*

2.3.5. *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e*

2.3.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

3.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.21. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.22. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.23. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.29. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

5.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

5.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

5.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*

5.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

5.6. *É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

5.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

5.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

5.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

5.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

5.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

5.11. *O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

5.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

6.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

6.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

6.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

6.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

6.3.3. *Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*

6.3.3. *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.*

6.3.4. *Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.*

6.4. *O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:*

6.4.1. *Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*

6.4.2. *Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*

6.4.3. *Indenizações e multas.*

6.5. *A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.*

6.6. *A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.*

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. *Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.*

8. ALTERAÇÕES

8.1. *Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.*

8.2. *O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).*

- 8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]
- 8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

- 9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HIGOR PHELIPE DO PRADO

Chefe da Seção de Contratação